

Ouro de tolo

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Todos perderam renda com Temer e Bolsonaro, mas o impacto foi ainda mais severo para os mais pobres

Você conhece alguém que prosperou depois de 2015? Se conhece, saiba que é uma raridade. Porque andar pelas ruas, fazer compras, conversar com colegas no trabalho ou participar de encontros familiares nos mostra, a cada dia, que as condições de vida dos brasileiros pioraram, e muito. Em junho, esta percepção foi traduzida em números pela divulgação de várias pesquisas sobre renda das famílias e segurança alimentar.

O IBGE mostrou que a renda domiciliar per capita atingiu, em 2021, o menor valor da série da Pnad Contínua e que os 50% mais pobres da população precisam tentar viver com apenas 13,83 reais por pessoa a cada dia. O 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, elaborado pela Rede Penssan, mostrou que a insegurança alimentar atinge, em algum grau, a maioria da população (58,7%), sendo que 33 milhões de brasileiros passam fome. Ao todo, chega a 65 milhões os que não comem o suficiente por dia, o que equivale a uma França inteira em insegurança alimentar grave ou moderada.

Este retrato cruel é resultado da reorientação das políticas econômica e social brasileiras nos últimos sete anos. Esta relação fica explícita ao analisar a evolução do rendimento domiciliar per capita nos últimos 20 anos, dividida em dois períodos: os governos do PT e o período Temer-Bolsonaro. Entre 2002 e 2015, a renda per capita média das famílias cresceu 38%. Mais importante, a renda aumentou sem exceção, para todos os segmentos, mais fortemente para aqueles na base da estrutura de renda, com os 80% “menos ricos” obtendo aumento real de renda acima da média nacional. O contrário ocorreu entre 2015 e 2021, quando a renda média decresceu 7%, queda que se reproduziu para todos os segmentos de renda, também sem exceção, mas mais intensamente para os de menor renda.

O Brasil está mais pobre, mais desigual e mais inseguro quanto ao acesso à alimentação. Expressos de forma gráfica, estes dados impressionam muito. Passamos de um Brasil em que a renda crescia para todos e a desigualdade diminuía, para um Brasil em que todos empobreceram e as desigualdades dispararam. Até mesmo os setores médios da sociedade foram atingidos de forma inclemente pela inflexão promovida pelo projeto liderado por Temer e continuado por Bolsonaro intitulado “Ponte para o Futuro”.

Ao evidenciar o que aconteceu com cada segmento de renda cai por terra a narrativa, sem base em evidências, de que os governos de Lula e Dilma beneficiaram apenas os pobres. Setores médios tiveram expressivo aumento de renda, e se beneficiaram também com empregos de qualidade, acesso à universidade, a viagens, a bens e serviços entre tantos avanços. Baseado nas mesmas evidências, estes segmentos perderam renda a partir de 2016 e qualidade de vida. Passaram a viver em um ambiente de forte incerteza, em que o endividamento e a imprevisibilidade de renda vêm fragilizando crescentemente sua capacidade de manter seu padrão de consumo, inclusive alimentar.

Mais pobre, mais desigual e mais inseguro quanto ao acesso à alimentação – este é o Brasil (des)construído a partir do golpe de 2016. Desfechos que resultaram de um conjunto de fatores: 1) a

reforma trabalhista, que retirou direitos, aumentou a instabilidade de renda e não ampliou as oportunidades de trabalho (os trabalhadores informais sofrem três vezes mais de fome que os com carteira assinada); 2) o fim da política de valorização do salário mínimo, com impacto direto e imediato na vida de dezenas de milhões de trabalhadores, aposentados e pensionistas; 3) a inflação descontrolada de alimentos, com redução extrema do poder de compra da população; 4) o abandono das políticas de soberania e segurança alimentar, em especial as voltadas aos agricultores familiares; 5) a política irresponsável de preços dos combustíveis, atrelada a preços internacionais, com impacto do gás de cozinha, transportes e em toda cadeia produtiva; e 6) a fragilização do sistema de proteção social.

Fonte: IBGE, PNAD 1992 a 2011 e PNADC de 2012 a 2021 – renda domiciliar per capita

Inegável que a pandemia também teve seu papel neste processo, mas a profundidade da desorganização causada por ela deve-se às escolhas de um governo que atuou todo o tempo contra a vida, uma vez que a maioria dos países, mesmo tendo passado por crise similar, conseguiu superá-la mais rápido e com menos danos às condições de vida de seus povos. Como alertou Marcelo Neri, “a piora da insegurança alimentar no Brasil durante a pandemia foi quatro vezes maior que a média dos 120 países pesquisados”.

Combater a fome e enfrentar novamente a pobreza são tarefas civilizatórias, que o Brasil precisa reassumir. Mas fundamentalmente precisamos resgatar a perspectiva de um projeto de desenvolvimento com inclusão, um modelo onde a melhoria da renda da população ocorra pari passu com a retomada dos investimentos públicos e privados, aliada e motor da retomada de um crescimento mais equânime e sustentável.

Insistir nesse modelo injusto desperdiça nosso imenso potencial interno, aprofunda desigualdades e gera instabilidade política. Avançar nessa “ponte” nos conduzirá de volta ao passado e ao risco de ser um país onde metade da população não come e a outra metade não dorme, com medo da que não come, como alertou Josué de Castro há mais de 50 anos. •

* Tereza Campello é economista, titular da Cátedra Josué de Castro da USP e foi ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome de 2011 a 2016. Paulo Jannuzzi é professor universitário e foi secretário de Avaliação e Gestão da Informação da pasta nesse mesmo período.

PUBLICADO NA EDIÇÃO Nº 1215 DE CARTACAPITAL, EM 6 DE JULHO DE 2022.

Este texto aparece na edição impressa de CartaCapital sob o título “ “

Este texto não representa, necessariamente, a opinião de CartaCapital.